

NEWE Seguros S.A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Parecer dos atuários independentes	9
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. As referidas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações posteriores, e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes.

Autorizada a operar no mercado brasileiro de seguros, a NEWE foi concedida no dia 16 de janeiro de 2017, e atualmente possui um capital social de R\$ 59,7 milhões e um aumento de capital em aprovação de R\$ 21,6 mi. O patrimônio líquido atual da NEWE é de 67,6 milhões.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos totalizaram em 2022 R\$ 222,8 milhões, com redução de R\$ 182,9 milhões ou 45% em relação ao mesmo período de 2021. A redução ocorreu por estratégia da Companhia, pois tivemos um expressivo aumento da probabilidade de ocorrência do fenômeno La Niña entre Março e Agosto de 2022 o que nos leva ao 3º ano consecutivo de ocorrência do mesmo no Brasil. Apesar de não estarmos falando de uma ciência exata, após uma extensiva análise e discussões com os resseguradores a companhia além de manter sua busca pela diversificação regional decidiu reduzir expressivamente sua exposição na Safra de Verão 22/23 de forma a afastar a possibilidade de perdas similares as observadas nas Safras anteriores

Sinistralidade

Em 2022, a sinistralidade média apresentou índice de 209,3%, um aumento de 7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A alta sinistralidade ocorreu devido fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 21/22. Com as perdas observados em 2022, a Cia apresentou, em alguns meses de 2022, insuficiência de patrimônio mínimo ajustado em relação ao capital mínimo requerido. Importante destacar que para a data-base de 31 de dezembro de 2022, a Cia recuperou seus níveis de solvência e apresentou um índice positivo de 224%.

Despesas administrativas

Em 2022, o índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 12,76%, aumento de 4,62 p.p. em relação ao mesmo período de 2021. Esse aumento é reflexo da redução da emissão com base na estratégia adotada pela companhia.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2022 R\$ 9,2 milhões, aumento de R\$ 4,9 milhões ou 117% em relação ao ano anterior. O aumento da taxa SELIC ao longo de 2022, refletiu positivamente nos títulos indexados a este indicador. A política de investimentos da NEWE Seguros S.A. tem como premissa básica a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, dessa forma, as aplicações para a cobertura de provisões técnicas são feitas prioritariamente, diretamente ou via fundos de investimentos, em títulos do Tesouro Nacional.

Resultado do exercício

Em 2022, a empresa totalizou um prejuízo de R\$ 1,1 milhões, redução de R\$ 3,9 milhões, ou seja, queda de 143%, revertendo o lucro apresentado no ano anterior. Apesar da alta sinistralidade, a Cia através da sua excelente estrutura de resseguros, conseguiu suavizar as perdas da safra de verão 21/22.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Newe declara vincular 100% das aplicações financeiras no montante de R\$ 58,9 milhões. A Seguradora, em 31 de dezembro de 2022 apresentou suficiência de ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas no montante de R\$ 29,4 milhões.

A administração da NEWE Seguros S.A. fomenta o Programa de Controles Internos da Companhia e fomenta o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas.

A NEWE Seguros S.A. agradece a SUSEP e demais autoridades do setor. Às Sociedades Resseguradoras e Corretores de Seguro, a Companhia agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizados e, aproveita também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
NEWE Seguros S.A.**
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NEWE Seguros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NEWE Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as

incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

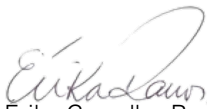
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Erika Carvalho Ramos

Contadora CRC 1SP224130/O-0

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas
Newe Seguros S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Newe Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, “itens auditados”), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Newe Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Rua do Russel 804
Rio de Janeiro – RJ – Brasil 22210-907
CNPJ 02.646.397/0004-61
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

NEWE Seguros S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		<u>206.763</u>	<u>516.177</u>	Circulante		<u>160.299</u>	<u>482.049</u>
Disponível		1.577	8.398	Contas a pagar		3.940	2.648
Caixa e bancos	5	1.504	7.970	Obrigações a pagar	12.1	2.124	670
Equivalentes de caixa	5	73	429	Impostos e encargos sociais a recolher	12.2	709	440
Aplicações	6	58.942	150.250	Encargos trabalhistas	12.3	981	1.179
Créditos das operações com seguros e resseguros		55.634	58.259	Impostos e contribuições	12.4	-	242
Prêmios a Receber	7.1	25.067	13.361	Outras contas a pagar	12.5	126	117
Operações com resseguradoras	7.2	30.568	37.457				
Outros Créditos Operacionais		-	7.440	Débitos de operações de seguros e resseguros		50.568	118.775
Ativos de resseguro	14.1	77.496	275.094	Prêmios a restituir	13.5	2.135	6.162
Títulos e créditos a receber		3.174	4.558	Operações com Seguradoras		-	4
Créditos tributários e previdenciários	8.1	2.360	4.368	Operações com Resseguradoras	13.1	41.500	109.749
Outros créditos		814	191	Corretores de seguros e resseguros	13.3	6.933	2.861
Custos de aquisição diferidos	9	9.788	19.387	Depósitos de terceiros		167	2.328
Seguros		9.788	19.387	Provisões técnicas	14.2	105.624	358.299
Despesas antecipadas		151	230	Danos		105.624	358.299
Ativo não circulante		<u>50.147</u>	<u>28.235</u>	Passivo não circulante		<u>28.974</u>	<u>15.147</u>
Realizável a longo prazo		45.132	24.094	Provisões técnicas	14.2	28.974	15.147
Créditos das operações com seguros e resseguros		9.152	-	Danos		28.974	15.147
Prêmios a Receber	7.1	9.152	-	Patrimônio líquido		<u>67.638</u>	<u>47.215</u>
Ativos de resseguro	14.1	16.253	9.376	Capital social	17	59.700	59.700
Títulos e créditos a receber		12.835	11.305	Aumento de capital		21.600	-
Créditos tributários e previdenciários	8.1	12.531	11.127	Prejuízos acumulados		(13.662)	(12.485)
Outros créditos operacionais		192	178				
Depósitos Judiciais e Fiscais		112	-				
Custos de aquisição diferidos	9	6.892	3.413				
Seguros		6.892	3.413				
Imobilizado	10	613	725				
Bens móveis		539	707				
Outras imobilizações		74	18				
Intangível	11	4.402	3.416				
Total do ativo		<u>256.910</u>	<u>544.412</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>256.912</u>	<u>544.412</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEWE Seguros S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos líquidos	19	222.832	405.819
Variações das provisões técnicas de prêmios	19	43.008	(54.753)
Prêmios ganhos	19	265.840	351.066
Sinistros ocorridos	20.1	(556.458)	(710.162)
Custos de aquisição	20.2	(37.866)	(49.119)
Outras receitas e despesas operacionais		(999)	(1.845)
Resultado com resseguro	20.3	355.416	446.986
Receita com resseguro		513.072	637.070
Despesa com resseguro		(158.495)	(190.507)
Outros resultados com resseguros		839	424
Despesas administrativas	20.4	(33.929)	(28.599)
Despesas com tributos	20.5	(3.880)	(7.165)
Resultado financeiro	20.6	9.204	4.238
Receitas financeiras	20.6	6.527	9.141
Despesas financeiras	20.6	2.677	(4.904)
Resultado operacional		(2.672)	5.399
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(4)	-
Resultado antes dos impostos e participações		(2.676)	5.399
Imposto de renda corrente	21	942	(1.261)
Contribuição social corrente	21	556	(977)
Participações sobre o lucro		-	(400)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(1.177)	2.761
Quantidade de ações		77.212	77.212
Lucro/Prejuízo líquido por ação (em R\$)		(0,02)	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEWE Seguros S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo)/Lucro do exercício	(1.177)	2.761
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.177)</u>	<u>2.761</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEWE Seguros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito	Aumento de capital em aprovação	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	<u>59.700</u>	<u>-</u>	<u>(15.246)</u>	<u>44.454</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.761</u>	<u>2.761</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	<u>59.700</u>	<u>-</u>	<u>(12.485)</u>	<u>47.215</u>
Aumento de Capital - AGE de 15 de dezembro de 2022		<u>-</u>	<u>21.600</u>		<u>21.600</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.177)</u>	<u>(1.177)</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	17	<u>59.700</u>	<u>21.600</u>	<u>(13.662)</u>	<u>67.638</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEWE Seguros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(1.177)	2.761
Ajustes para:	(9.854)	6.080
Depreciação e amortização	1.322	991
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(1.595)	(825)
Provisões técnicas - IBNR	(64.341)	54.638
Ativos Resseguro - IBNR	54.760	(48.723)
Variação das contas patrimoniais:	(15.194)	(2.165)
Ativos financeiros	91.308	(66.828)
Créditos das operações	7.936	(24.419)
Ativos de resseguro	135.961	(167.374)
Créditos tributários e previdenciários	602	(3.408)
Outros ativos	5.961	(11.157)
Fornecedores e outras contas a pagar	1.463	(2.293)
Impostos e contribuições	(171)	(525)
Débitos das operações	(68.207)	66.848
Provisões técnicas - seguros	(174.506)	205.241
Outros passivos	(15.541)	1.751
Caixa (Consumidos)/gerado pelas operações	(25.047)	3.915
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(33)	(361)
Aquisição de intangível	(2.164)	(2.341)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.197)	(2.703)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	21.600	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	21.600	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(6.822)	3.974
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.398	4.424
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.577	8.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Em 16 de janeiro de 2017, foi publicada a Portaria Susep nº 6.780, de 12 de janeiro de 2017, através da qual a Superintendência de Seguros Privados concedeu à NEWE Seguros autorização para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional.

A NEWE Seguros S.A. (doravante denominada por “NEWE” ou “Seguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1, conjunto 806 - parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ. Seu controle acionário é distribuído, em 31 de dezembro de 2022, entre a CBM Participações Ltda., com 69,62% de participação societária nas ações ordinárias, 23,27% do Fund Private Equity II e o restante, 7,11%, por sócios minoritários, resultando em um aumento de R\$21,6 mi no Capital Social.

A NEWE Seguros tem como objeto social todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades de seguros em todos os ramos e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 648, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reclassificou, os valores de Provisões Técnicas e Ativos de Resseguro no montante de R\$54.638 e R\$48.723, respectivamente, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais, nos ajustes ao lucro líquido do exercício apresentado nas Demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do exercício.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Seguradora foi aprovada pela administração em 13 de fevereiro de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo:

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar ao longo dos anos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Nota explicativa 8.1 – Créditos tributários
- Nota explicativa 14 - Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados – IBNR. Provisão de Sinistros Ocorridos mas não suficientemente avisados – IBNER, Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL, Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial – PSL Judicial e o Teste de Adequação de Passivos – TAP.
- Nota explicativa 16 – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalente de caixa

A companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem riscos significantes de mudança de valor justo.

3.2 Instrumentos financeiros

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia pode classificar seus passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

3.2.1 *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

3.2.2 *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

3.2.3 *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.3 *Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (impairment)*

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Operações de seguros e resseguros

Tendo como referência a Circular SUSEP nº 648, e alterações posteriores, a Seguradora possui metodologia específica de acordo por ramo de atuação para reconhecer uma Redução ao Valor Recuperável – RVR:

Agro: De acordo com o estudo interno, a Companhia constitui como redução ao valor recuperável, 100% dos prêmios a receber dos contratos cujas safra já tenham ocorrido, considerando o período de vigência do risco e a regulação de sinistros.

Garantia e Responsabilidades: A Companhia iniciou a operação no ramo de Linhas Financeiras em 2020, e, portanto, a Companhia não possui histórico suficiente para a realização de um estudo de inadimplência. Para o ramo de Garantia e qualquer outro ramo que entrar em operação, A NEWE seguirá as orientações do Art. 139 da Circular SUSEP 678 de 10/10/2022, efetuando a redução ao valor recuperável das parcelas vencidas há mais de 60 (sessenta) dias.

Em relação a recuperação dos sinistros pagos junto aos resseguradores, o estudo da Companhia considera os últimos 5 anos de operação, entendemos que não há necessidade de constituição de valor recuperável uma vez que o estudo demonstrou que a companhia vem recuperando os sinistros pagos no decorrer desses últimos anos, sem indicação de default e sim com alguma morosidade no recebimento em função do processo de prestação de contas junto aos resseguradores, em especial no exercício de 2022, onde o volume de recuperações de sinistros do ramo agro foi bastante elevado.

Ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria.

A Companhia não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados.

3.4 Ativos e passivos originados de contratos de resseguro

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos

referidos contratos não exige a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados.

Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas de contratos proporcionais firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou e cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) os prêmios de resseguros diferidos de contratos proporcionais “risk attaching” firmados para proteção das carteiras de seguro Rural e Garantia, cujo reconhecimento dar-se-á pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foram aceitos pela NEWE; (iii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iv) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

3.5 Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP:

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) - é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método “pro-rata-die” tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) - é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada por estimativa baseada no histórico de 3 anos por meio de triângulo de desenvolvimento de prêmio, considerando o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - é constituída de acordo com a melhor estimativa de indenização com base nas notificações de sinistros recebidas até a data do balanço patrimonial, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato. Os critérios para estimar o valor a ser constituído como reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo, considerados os valores reclamados.

Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Jud) – é constituída para cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos de sinistros objeto de ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado. É realizada individualmente para cada caso, observando-se a classificação de perda entre provável, possível e remoto, e definindo para cada classificação, um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial. Em função de sentenças favoráveis na esfera judicial em especial do ramo agro, a Companhia alterou, em 2022, a metodologia para provisionamento dos sinistros discutidos judicialmente.

Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR e IBNER) - são constituídas, respectivamente, para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, tanto para os sinistros judiciais como os administrativos. A IBNR é constituída pela diferença entre a sinistralidade esperada e a provisão de sinistros a liquidar já constituída. A IBNER é constituída para ajustar de forma global a PSL, quando não é possível ajustar de forma individual cada sinistro. A provisão estimada por ramo, baseada no histórico da companhia e no

agravamento dos sinistros, quando se entende que a PSL constituída pode deixar de representar a melhor estimativa.

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) - é constituída para a cobertura das despesas relacionadas aos sinistros avisados, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionados aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica de gastos com a regulação dos sinistros, respeitando as características de cada ramo.

3.6 Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, e respectivas alterações, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes.

O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 31 de dezembro de 2022, brutos de resseguro, com premissas atuariais atualizadas. As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento das apólices atuais. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas projeções.

Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série de todo histórico da Companhia e também estatísticas do mercado segurador para os ramos que o histórico da Companhia não apresenta dados suficientes, resultando na sinistralidade de 50% para a Seguradora.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Pré-fixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro.

O teste de adequação conduzido pela Companhia, permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 31 de dezembro de 2022. Não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da provisão de prêmios não ganhos - PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL, IBNR, IBNER e PDR também não há insuficiências a cobrir.

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

3.8 Ativo intangível

O ativo intangível é composto por licenças de software adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos até o ponto em que esses softwares estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos ou período de uso da licença quando definido pelo fornecedor.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Em 28 de abril de 2022 foi editada pelo Poder Executivo a Medida Provisória – MP nº 1.115/2022, convertida em lei, que majora de 15% para 16% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das seguradoras, para o período compreendido entre 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

O tributo diferido é calculado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração da Companhia sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o período de 5 anos, formalizadas no Estudo de Crédito Tributário e Plano de negócios.

A despesa com imposto de renda e a contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido e a contribuição social corrente e diferida.

3.10 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 59.700 (R\$ 59.700 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 77.212.205 ações nominativas sem valor nominal (77.212.205 ações em 31 de dezembro de 2021), sendo todas ordinárias.

Em 15 de dezembro de 2022, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado aumento de capital no montante de R\$21,6 milhões, com emissão de 17.661.587 novas ações.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia.

3.11 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Companhia pode optar por destinar parte do lucro sob a forma de juros sobre capital próprio como uma despesa antes do lucro líquido.

3.12 Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência.

3.12.1 Prêmios emitidos

Os prêmios de seguro são reconhecidos quando da aceitação dos riscos cobertos e correspondente emissão dos contratos, com base na melhor estimativa, podendo ser ajustados ao longo do período de vigência. A Companhia constitui o prêmio RVNE com base em metodologia própria e é calculada por estimativa baseada no histórico da companhia, considerando o volume de propostas recebidas e apólices emitidas no mês de cálculo.

Os prêmios emitidos são apropriados ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco.

3.12.2 Comissão de corretagem e comissão diferida

As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco

coberto.

3.12.3 Sinistros

Os sinistros avisados são contabilizados a partir do momento em que a Companhia é notificada pelo segurado.

3.12.4 Participações nos lucros

O plano de participações dos empregados e administradores nos lucros é baseado, atualmente, no acordo do sindicato para a categoria.

3.12.5 Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas por entidade supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

a. CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de Seguros

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O Objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações são base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A Seguradora ainda não iniciou a avaliação por entender que o seu principal ramo de atuação, que representa mais de 90% de sua produção anual de prêmios, possui uma vigência média de 4 a 5 meses, o que permite ao usuário das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos positivos ou negativos de seus contratos de seguros. A SUSEP não referendou o CPC 50, portanto não há impacto para a Seguradora.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. A SUSEP, através do artigo 138 da Circular 678 de 10 de outubro de 2022 trouxe, entre outros, aspectos a serem observados sobre a classificação de ativos financeiros, perdas esperadas, entre outros. A referida norma entra em vigor em 2023 e para determinados requerimentos, em 2024. A Administração está avaliando os impactos considerando o ramo de operação da Companhia.

4 Estrutura de gestão de riscos

A Gestão de Riscos é fundamental em todas as atividades. Ela é usada para agregar valor ao negócio enquanto fornece suporte para as áreas, além de criar valor para os acionistas. A Gestão de Riscos protege a reputação da Companhia e nos ajuda a antecipar e mitigar potenciais perdas inerentes à atividade de seguro.

A NEWE implementou e tem aprimorado a estrutura local de Gestão de Riscos em conformidade com a Circular SUSEP nº 678.

4.1 Princípios da estrutura de gestão de riscos

Os princípios aplicados à Estrutura de Gestão de Riscos da NEWE são os seguintes:

Aprimoramento - é um processo que deve ser desenvolvido continuamente.

Alcance - a estrutura de controles internos deve ser:

- **Abrangente** - a fim de abranger a totalidade do nosso negócio

- **Comunicada** - para que todos tenham conhecimento do programa
- **Simples** - para que todos possam compreendê-la
- **Relevante** - a fim de que todos se envolvam com o processo
- **Utilizada** - ele realmente deve fazer parte de nossas operações do dia a dia

Evidente - as políticas e procedimentos de gestão de riscos são documentados, de forma que profissionais razoavelmente qualificados e experientes possam compreender a estrutura sem dificuldades ou necessidade de explicações adicionais

- **Emergente** - tem um processo para identificar e mitigar riscos emergentes
- **Eficaz** - a estrutura tem que funcionar

A Companhia geralmente está exposta a riscos originados de suas operações, que podem afetar, com maior ou menor grau, seus objetivos estratégicos e financeiros. Dentre tais riscos, podemos citar o Risco de Subscrição, Risco de Reserva, Risco Operacional, Risco de Liquidez, Risco de Mercado e Risco de Crédito. Todos esses riscos são avaliados, mensurados, tratados e monitorados dentro da estrutura de Gestão de Riscos da Companhia através de relatório integrado de riscos.

A Diretoria e os Gestores Técnicos e Operacionais, juntamente com o Gestor de Riscos, têm suas funções definidas na estrutura de Gestão de Riscos e atuam conjuntamente para assegurar a gestão contínua e efetiva dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

4.1.1 Risco de subscrição

A Cia define o risco de subscrição como:

“a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da NEWE, direta ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas.”.

O objetivo é gerar lucros consistentes e a longo prazo com a subscrição.

A estratégia é subscrever um amplo portfólio de riscos, com preferências para produtos de nicho e especializados.

Para linhas de produtos de nicho, e nas quais decidiu-se tomar participação significativa, serão aplicadas as habilidades e experiência particulares da Companhia para influenciar os preços e gerar boas margens.

Para os produtos em que temos participação pequena, confiamos mais no mercado em geral para responder a perdas, corrigindo os preços. Quando isso não ocorrer, podemos reduzir nossa exposição rapidamente a estes riscos.

Em ambas as áreas, usaremos ferramentas de análise altamente desenvolvidas para avaliar nossas exposições e a adequação dos preços, nos permitindo alterar os preços e/ou os níveis de envolvimento rapidamente.

O apetite para perdas com riscos com seguros não catástrofe é estratificado, pois depende da origem da perda.

A abordagem não é manter participação de mercado por todo o ciclo, e sim gerenciar nossa posição usando análises altamente desenvolvidas e ferramentas de apreçamento. Porém, precisamos manter algum envolvimento com o mercado no decorrer do ciclo, assim reconhecemos que as margens, em alguns anos, serão menores do que em outros. Nunca esperaríamos que boas condições de mercado afetem nosso capital de abertura, quanto mais afetar nossos ganhos.

4.2 Risco operacional

A Cia define como risco operacional :

“a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.” O risco legal está incluído no risco operacional e define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.”. As perdas com outros grupos de risco podem ser exacerbadas pelo risco acima, por exemplo, com fluxos de dados equivocados para calcular nossas reservas, o que afeta o risco de reserva.

Porém, tais perdas tendem a ficar dentro das estatísticas para o respectivo grupo de risco.

Decidimos, portanto, nos concentrar exclusivamente no risco operacional "puro", ou seja, quando a perda surge puramente como resultado da falha de um, ou mais, processos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos. Estas perdas são como "despesas". Exemplos incluiriam incidentes que afetam a continuidade dos negócios, falha em sistemas de TI e fraudes internas.

Embora nossa resposta instintiva a estes riscos seja eliminá-los, o custo da mitigação completa é proibitivamente alto. Portanto, estamos dispostos a tolerar certo risco operacional e reter capital para mitigá-lo.

4.2.1 *Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguro*

		<u>Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2022</u>	
Variáveis	Premissas	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(55.646)	(4.339)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	55.646	4.339
Corretagem	Aumento de 10%	(3.787)	(3.432)
Corretagem	Diminuição de 10%	3.787	3.432
		<u>Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2021</u>	
Variáveis	Premissas	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(71.016)	(7.309)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	71.016	7.309
Corretagem	Aumento de 10%	(4.912)	(5.588)
Corretagem	Diminuição de 10%	4.912	5.588

4.2.2 *Concentração de risco por região de atuação*

As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio da região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

								<u>Prêmio Emitido (*)</u>	
								<u>31/12/2022</u>	
Região Geográfica	Rural	%	Garantia	%	Demais	%	Total	%	
Centro Oeste	43.189	25%	806	2%	38	1%	44.032	20%	
Nordeste	3.548	2%	1.086	2%	44	1%	4.678	2%	
Norte	1.598	1%	862	2%	3.485	94%	5.946	3%	
Sudeste	11.538	7%	40.712	87%	132	4%	52.381	23%	
Sul	112.995	65%	3.225	7%	-	0%	116.220	52%	
Total	172.867	100%	46.691	100%	3.699	100%	223.256	100%	
								<u>Líquido de Resseguro (*)</u>	
								<u>31/12/2022</u>	
Região Geográfica	Rural	%	Garantia	%	Demais	%	Total	%	
Centro Oeste	6.478	25%	64	2%	10	1%	6.552	22%	
Nordeste	532	2%	75	2%	11	1%	618	2%	
Norte	240	1%	51	2%	888	94%	1.178	4%	
Sudeste	1.731	7%	2.897	86%	35	4%	4.662	15%	
Sul	16.935	65%	264	8%	-	0%	17.199	57%	
Total	25.916	100%	3.350	100%	943	100%	30.209	100%	

								Prêmio Emitido (*)
								31/12/2021
Região Geográfica	Rural	%	Garantia	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	71.884	19%	711	3%	-	0%	75.595	18%
Nordeste	2.126	1%	1.644	7%	-	0%	3.711	1%
Norte	1.270	0%	223	1%	-	0%	1.493	0%
Sudeste	17.378	5%	20.138	81%	3.057	95%	40.572	10%
Sul	291.670	76%	2.072	8%	164	5%	293.906	71%
Total	384.327	100%	24.788	100%	3.221	100%	412.336	100%

								Líquido de Resseguro (*)
								31/12/2021
Região Geográfica	Rural	%	Garantia	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	10.876	19%	58	3%	-	0%	10.934	18%
Nordeste	317	1%	138	7%	-	0%	455	1%
Norte	190	0%	14	1%	-	0%	205	0%
Sudeste	3.470	6%	1.621	82%	794	96%	5.885	10%
Sul	42.397	74%	152	8%	37	4%	42.586	71%
Total	57.250	100%	1.982	100%	831	100%	60.064	100%

(*) Não foi considerado o montante de R\$ 424 (R\$ 6.517 em 2021) relativo aos saldos de cosseguos aceitos, cosseguos cedidos e prêmios de riscos vigentes e não emitidos.

4.3 Risco de liquidez

A Cia define como risco de liquidez :

“o risco de que recursos financeiros líquidos e suficientes não sejam mantidos para atender os passivos em seu vencimento”.

Nosso risco de liquidez é endereçado pela Política de Investimentos. Todas as nossas aplicações financeiras estão classificadas contabilmente como em valor justo por meio do resultado.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro 2022

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado	58.942	-	58.942
Créditos das operações com seguros e resseguros	65.298	-	65.298
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	1.577	-	1.577
Ativos de contratos de resseguro	<u>77.496</u>	<u>16.253</u>	<u>93.749</u>
Total de ativos financeiros	<u>203.313</u>	<u>16.253</u>	<u>219.566</u>
Contas a pagar	3.940	-	3.940
Débitos das operações com seguros e resseguros	50.568	-	50.568
Passivos de contratos de seguro	<u>105.624</u>	<u>28.974</u>	<u>134.598</u>
Total de passivos financeiros	<u>160.132</u>	<u>28.974</u>	<u>189.107</u>

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro 2021

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado	150.250	-	150.250
Créditos das operações com seguros e resseguros	58.259	-	58.259
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	8.398	-	8.398
Ativos de contratos de resseguro	<u>275.094</u>	<u>9.376</u>	<u>284.470</u>
Total de ativos financeiros	<u>492.001</u>	<u>9.376</u>	<u>501.377</u>
	-	-	-
Contas a pagar	2.648	-	2.648
Débitos das operações com seguros e resseguros	118.775	-	118.775
Passivos de contratos de seguro	<u>358.299</u>	<u>15.147</u>	<u>373.446</u>
Total de passivos financeiros	<u>479.722</u>	<u>15.147</u>	<u>494.869</u>

4.4 Risco de mercado

A Cia define como risco de mercado :

“a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da NEWE.”.

Nossa premissa básica de investimento, definida na Política de Investimento da NEWE, é a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, de forma que não haja limitações em nossa capacidade de subscrever o máximo de prêmios lucrativos de seguro quando pudermos comercializar e administrar. A duração dos nossos investimentos deve corresponder nossas saídas esperadas de caixa para cobrir os passivos e nossa meta de rentabilidade das aplicações financeiras é a taxa Selic.

- (a) **Critério de investimento:** De acordo com a política de investimento da NEWE, só há investimentos em títulos do tesouro direto seja diretamente ou indiretamente por meio de fundo de investimento não exclusivo. Nossos investimentos são reconhecidos contabilmente pelo seu valor de mercado.

- (b) **Critérios de custódia:** Depositamos em fundos com instituições financeiras que possuam classificação de risco “AAA”, de acordo com as principais agências de rating.

4.5 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequências de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora

Para a NEWE, as principais contrapartes em Crédito são resseguradoras.

A Companhia utiliza contratos de resseguro com o intuito de aumentar sua capacidade de produção e com o objetivo de pulverização de risco em linha com as melhores práticas do mercado de seguros internacionais. Os contratos de resseguro buscam a recuperação de parte ou da totalidade dos sinistros de acordo com a política de aceitação de risco definida (subscrição).

A NEWE cederá negócios preferencialmente a empresas que possuem classificação "A" ou acima, segundo os critérios da Standards & Poor's ou o equivalente nas outras agências de classificação. Somente é permitida a possibilidade de compra de proteção com sociedades supervisionadas pela SUSEP e regularmente constituídas, de acordo com as regras e normas vigentes.

O programa de resseguro será composto por contratos proporcionais. Adicionalmente, contratos não proporcionais, como, por exemplo, em base de excesso de danos, por risco e por evento, serão utilizados para complementar a proteção oferecida pelos contratos proporcionais, e proteger as carteiras e/ou classes com alta volatilidade na sinistralidade.

A companhia buscará sempre a contratação de um Stop Loss para o ramo 1101 – Rural devido à alta volatilidade apresentada pelo negócio, protegendo assim o patrimônio líquido e trazendo previsibilidade para as projeções financeiras.

Para novas resseguradoras, deverá ser considerado um mínimo de R\$ 750 milhões de capital (no nível do Grupo) e excedente e ser avaliadas como “A” ou melhor, a menos que as exposições sejam totalmente garantidas.

Havendo um relacionamento existente com um ressegurador que não atenda aos critérios acima, isso é permitido, desde que haja um plano de longo prazo para gerenciar a exposição para baixo.

Para um ressegurador que não atende aos nossos requisitos mínimos, faz-se necessária a aprovação/renovação a cada renovação do programa de retrocessão.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros mantidos pela Companhia distribuídos por *rating* de crédito de acordo com a agência classificadora de risco *Moody's*. Os ativos classificados na categoria “sem *rating*” compreendem substancialmente valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais.

NEWE Seguros S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021

31/12/2022

Composição da carteira por classe e categoria contábil	S&P		AM Best						Fitch		Moody's	Sem rating	Saldo contábil
	A-	A+	AA	A++	A+	A	B++	A-	BBB+	AA-	Aa3		
Caixa, bancos e equivalentes de caixa											1.577		1.577
Valor justo por meio de resultados													
Quotas de fundos de investimentos (*)											58.942		58.942
Empréstimos e recebíveis													
Prêmios a receber												34.219	34.219
Sinistros pagos e não recuperados	113	14.043	10	7	44	7.357	479	18	2.411	1.406		4.680	30.568
Sinistros Resseguro PSL	122	15.063	11	8	48	7.891	514	19	2.586	1.508		5.020	32.788
IBNER												10.081	10.081
Exposição máxima ao risco de crédito	235	29.105	21	15	92	15.248	993	37	4.996	2.914	60.519	53.999	168.174

31/12/2021

Composição da carteira por classe e categoria contábil	S&P		AM Best			Moody's	Sem rating	Saldo contábil
	A-	A+	A+	A	B++	Ba3		
Caixa, bancos e equivalentes de caixa						8.398		8.398
Valor justo por meio de resultados								

NEWE Seguros S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021

Quotas de fundos de investimentos (*)						150.250		150.250
Empréstimos e recebíveis								
Prêmios a receber							13.361	13.361
Sinistros pagos e não recuperados	2.203	16.424	59	10.276	380		8.116	37.457
Sinistros Resseguro PSL	5.261	39.213	140	24.534	906		19.378	89.432
IBNER							63.126	63.126
Exposição máxima ao risco de crédito	7.464	55.637	198	34.810	1.286	158.648	103.980	362.024

(*) Trata-se de fundos de investimentos não exclusivos em que a Companhia não possui as informações detalhadas acerca do risco de crédito dos títulos que compõem a carteira do fundo de investimento, desta forma, a Companhia indicou o rating da instituição financeira gestora do fundo. Adicionalmente, o fundo investe 100% do seu patrimônio em títulos públicos.

5 Caixa, bancos e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Contas bancárias	1.504	7.969
Equivalentes de caixa	73	429
	1.577	8.398

São considerados equivalentes de caixa as aplicações em operações compromissadas lastreadas em CDB.

6 Aplicações financeiras

6.1 Composição das aplicações financeiras

	Custo atualizado	Valor de mercado/Contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Cotas de fundos de investimentos	11.864	11.864	20,15%	%CDI
Cotas de fundos de investimentos	9.265	9.265	15,73%	IMA-B
Cotas de fundos de investimentos	37.814	37.814	64,12%	%CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado(*)	58.942	58.942	100,00%	
Total das aplicações financeiras(*)			100,00%	
Total classificado no ativo circulante	58.942	58.942	100,00%	

	Custo atualizado	Valor de mercado/Contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Cotas de fundos de investimentos	23.726	23.726	15,79%	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	8.660	8.660	5,76%	IMA-B
Cotas de fundos de investimentos	117.864	117.864	78,45%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado(*)	150.250	150.250	100%	
Total das aplicações financeiras(*)	150.250	150.250	100%	
Total classificado no ativo circulante	150.250	150.250	100%	

(*) Saldo composto por investimentos em títulos públicos federais vinculados à cobertura de provisões técnicas custodiados pelo Banco Itaú. .

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

	Cotas	Total
Saldo em 31/12/2020	<u>83.422</u>	<u>83.422</u>
Aplicações	244.739	244.739
Resgates	(183.932)	(183.932)
Rendimentos	6.021	6.021
Saldo em 31/12/2021	<u>150.250</u>	<u>150.250</u>
Aplicações	426.221	426.221
Resgates	(527.901)	(527.901)
Rendimentos	10.372	10.372
Saldo em 31/12/2022	<u>58.942</u>	<u>58.942</u>

6.3 Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC nº 40 (R1), os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia, sendo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;

Nível 2 - Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e

Nível 3 - Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável).

A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:

Títulos	<u>31 de Dezembro de 2022</u>		<u>31 de Dezembro de 2021</u>	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Valor justo por meio do resultado				
Cotas de Fundos de Investimentos	58.942	58.942	150.250	150.250
	<u>58.942</u>	<u>58.942</u>	<u>150.250</u>	<u>150.250</u>

Não houve transferência entre níveis em 2022 e 2021.

7 Créditos das operações de seguros e resseguros

Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras.

7.1 Composição dos prêmios a receber por ramo

Grupo de ramo	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	Total de prêmios a receber	Total de prêmios a receber
Rural	7.017	4.418
Garantia	27.358	7.540
Responsabilidades	1.044	432
RVNE	2.350	2.927
RVR - Prêmios a receber	<u>(3.550)</u>	<u>(1.956)</u>
Total	<u>34.219</u>	<u>13.361</u>
Circulante	<u>25.067</u>	<u>13.361</u>
Não Circulante	<u>9.152</u>	<u></u>

7.2 Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras

Grupo de ramo	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitida
Rural	<u>2.849</u>	<u>8.925</u>	<u>15.129</u>	<u>8.688</u>	<u>1.268</u>	<u>23.937</u>
Total	<u>2.849</u>	<u>8.925</u>	<u>15.129</u>	<u>8.688</u>	<u>1.268</u>	<u>23.937</u>
Circulante	<u>2.849</u>	<u>8.925</u>	<u>15.129</u>	<u>8.688</u>	<u>1.268</u>	<u>23.937</u>

7.3 Movimentação de prêmios a receber

	Prêmios a receber
Saldo em 31/12/2020	19.408
Emissões	488.456
Cancelamentos	(41.110)
Restituídos	(34.137)
RVNE	(7.390)
Recebimentos	(411.041)
Redução ao Valor Recuperável	<u>(825)</u>
Saldo em 31/12/2021	<u>13.361</u>
Emissões	276.469
Cancelamentos	(24.394)
Restituídos	(28.666)
RVNE	(577)
Recebimentos	(200.379)
Redução ao Valor Recuperável	<u>(1.595)</u>
Saldo em 31/12/2022	<u>34.219</u>

7.4 Aging de créditos das operações de seguros e resseguros

a. Prêmios a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Sem vencimento (*)	<u>2.350</u>	<u>2.927</u>
A vencer até 30 dias	7.667	3.157
A vencer de 31 a 60 dias	2.360	2.068
A vencer de 61 a 120 dias	4.060	2.003
A vencer de 121 a 180 dias	2.082	508
A vencer de 181 a 365 dias	4.099	197
A vencer acima de 365 dias	<u>9.152</u>	<u>181</u>
	<u>29.420</u>	<u>8.114</u>
Vencidos até 30 dias	964	1.425
Vencidos de 31 a 60 dias	887	301
Vencidos de 61 a 120 dias	647	772
Vencidos de 121 a 180 dias	1.065	373
Vencidos de 181 a 365 dias	535	356
Vencidos acima de 365 dias	<u>1.900</u>	<u>1.049</u>
	<u>5.998</u>	<u>4.276</u>
Prêmios a receber	<u>37.768</u>	<u>15.317</u>
Redução ao Valor Recuperável	<u>(3.550)</u>	<u>(1.956)</u>
Saldo	<u>34.219</u>	<u>13.361</u>

(*) Saldo referente a RVNE.

b. Sinistros Pagos

	31/12/2022	31/12/2021
Reconhecidos em até 30 dias	5.149	30.588
Reconhecidos entre 31 a 60 dias	4.030	2.580
Reconhecidos entre 61 a 120 dias	9.009	725
Reconhecidos entre 121 a 180 dias	6.320	-
Reconhecidos entre 181 a 365 dias	2.156	-
Reconhecidos acima de 365 dias	33	-
	<u>26.697</u>	<u>33.893</u>
 Redução ao Valor Recuperável	<u>-</u>	<u>-</u>
 Saldo	<u>26.698</u>	<u>33.893</u>

8 Títulos e créditos a receber

8.1 Créditos e débitos tributários e previdenciários

Composição dos créditos tributários

Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Créditos Tributários		
Imposto de renda a compensar	2.289	1
Contribuição social a compensar	11	-
Antecipação de Imposto de Renda	30	2.173
Antecipação de Contribuição Social	30	1.776
 Cofins a recuperar	<u>-</u>	<u>379</u>
Pis a recuperar	-	39
 Total Circulante	<u>2.360</u>	<u>4.368</u>
Não Circulante		
Imposto de renda diferido sobre:		
Prejuízos Fiscais (a)	7.498	6.826
Diferenças Temporais	177	128
Contribuição social diferida sobre:		
Bases Negativas (a)	4.499	4.096
Diferenças Temporais	106	77
Cofins Diferido (b)	216	-
Pis Diferido (b)	35	-
 Total Não Circulante	<u>12.531</u>	<u>11.127</u>
 Total	<u>14.892</u>	<u>15.495</u>

- (a) A Companhia constitui créditos tributários em 2019 no montante de R\$12.306. Tal constituição foi possível devido ao estudo realizado pela Companhia onde demonstra possuir lucros tributáveis nos próximos anos de operação em

consonância com Circular SUSEP 678/22 . No quadro abaixo, destacamos que em 4 anos iremos compensar 100% do total dos créditos tributários:

	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Lucros tributários futuros	663	29.244	44.917	59.843
Compensação créditos tributáveis (30%)	79	3.509	5.390	2.084
% Consumido	11,34%	40%	83,18%	100,00%

Conforme observado no quadro acima, a Companhia estima um crescimento no lucro tributável para 2024. Tivemos no final de 2022, a entrada de um novo investidor no quadro societário que resultará em um aumento de capital de R\$40,3 milhões, sendo R\$21,6 milhões já integralizados em 2022 e o restante programados para serem integralizados ao final do primeiro semestre de 2023. Além da importância do aumento de capital da Companhia, a entrada desse novo sócio tem um grande peso estratégico, pois trata-se de um fundo de investimento com foco no impacto social e com operações ao redor do mundo. O ano de 2023 será um ano de investimento e desenvolvimento de novos produtos, enquanto em 2024, a Companhia estima o crescimento da produção com a comercialização em massa dos novos produtos e o amadurecimento da nossa carteira do ramo garantia. Importante destacar que o ramo Garantia, por seus riscos terem uma vigência longa, o resultado demora a amadurecer e somente em 2024 teremos um montante considerável de prêmio ganho, apesar de já termos emitidos montantes expressivos em 2021 e 2022.

- (b) A Companhia reconhece contabilmente, desde o primeiro trimestre de 2022, os créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas as provisões para recuperações de sinistros. Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições os valores somente são dedutíveis quando pagos ou recebidos. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.

8.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Movimentação do ativo diferido	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31/12/2020	<u>7.303</u>	<u>4.381</u>
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(411)	(247)
Ajustes Temporais	62	37
Saldo em 31/12/2021	<u>6.954</u>	<u>4.172</u>
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	672	403
Ajustes Temporais	49	29
Saldo em 31/12/2022	<u><u>7.675</u></u>	<u><u>4.604</u></u>

9 Custos de aquisição diferidos

9.1 Composição dos custos de aquisição diferidos

Grupo de ramo	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade	1.196	649
Garantia	13.023	6.112
Rural	<u>2.461</u>	<u>16.039</u>
Total	<u><u>16.680</u></u>	<u><u>22.800</u></u>
Circulante	9.788	19.387
Não Circulante	6.892	3.413

9.2 Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31/12/2020	<u>11.745</u>
Constituição	60.176
Amortização	<u>(37.375)</u>
Saldo em 31/12/2021	<u><u>22.800</u></u>
Constituição	31.770
Amortização	<u>(37.891)</u>
Saldo em 31/12/2022	<u><u>16.680</u></u>

As despesas de comercialização são as comissões de corretagem registradas quando da aceitação dos contratos de seguros e apropriadas ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As despesas de comercialização são apropriadas ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco.

10 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Móveis e utensílios	10%	367	413
Informática	20%	880	876
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	33%	<u>696</u>	<u>622</u>
		<u>1.943</u>	<u>1.911</u>
Depreciação/Amortização acumulada		<u>(1.330)</u>	<u>(1.186)</u>
Total		<u>613</u>	<u>725</u>

(*) Amortização calculada conforme o prazo do contrato de aluguel (36 meses).

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Móveis e utensílios	413	(46)	(171)	196
Informática	876	4	(537)	343
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>622</u>	<u>74</u>	<u>(622)</u>	<u>74</u>
Exercício findo em 31/12/2022	<u>1.911</u>	<u>33</u>	<u>(1.330)</u>	<u>613</u>
Exercício findo em 31/12/2021	<u>1.549</u>	<u>361</u>	<u>(1.186)</u>	<u>725</u>

11 Intangível

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo intangível:

	Saldos iniciais	Aquisições	Amortizações	Saldos finais
Software	<u>4.858</u>	<u>2.164</u>	<u>(2.620)</u>	<u>4.402</u>
Exercício findo em 31/12/2022	<u>4.858</u>	<u>2.164</u>	<u>(2.620)</u>	<u>4.402</u>
Exercício findo em 31/12/2021	<u>2.516</u>	<u>2.341</u>	<u>(1.442)</u>	<u>3.416</u>

12 Contas a pagar

O saldo de contas a pagar é composto por:

12.1 Obrigações a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	2.124	270
Provisão para participações nos lucros / bônus	<u>-</u>	<u>400</u>
Subtotal	<u>2.124</u>	<u>670</u>

12.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido de funcionários	115	96
Impostos retidos de terceiros	131	96
Contribuições para o FGTS	81	42
Outros impostos retidos de terceiros	<u>382</u>	<u>206</u>
Subtotal	<u>709</u>	<u>440</u>

12.3 Encargos trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Férias e 13º a pagar	731	848
Encargos sobre férias e 13º salário	<u>250</u>	<u>331</u>
Subtotal	<u>981</u>	<u>1.179</u>

12.4 Impostos e contribuições

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	<u>-</u>	<u>242</u>
Subtotal	<u>-</u>	<u>242</u>

12.5 Outras contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Outras contas a pagar	126	117
Subtotal	<u>126</u>	<u>117</u>
Total Geral Nota 12	<u>3.940</u>	<u>2.648</u>

13 Débitos de operações de seguros e resseguros

Estão classificadas neste grupo as operações de prêmios cedidos em resseguro, comissões de corretagem a pagar, adiantamentos de sinistros a pagar e prêmios a restituir. Os prêmios cedidos em resseguros são oriundos de contratos de resseguros para dar proteção aos contratos de seguros com cobertura para riscos do ramo Rural e Garantia. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de seguros intermediados por corretoras de seguros. Os adiantamentos de sinistros a pagar são oriundos de antecipações de recuperações de sinistros que ainda não foram liquidados financeiramente pela Companhia. Os prêmios a restituir são oriundos de restituições de prêmios decorrentes dos pedidos de cancelamentos e/ou endossos das apólices emitidas.

13.1 Composição dos prêmios cedidos em resseguro a pagar

Grupo de ramo	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade	677	455
Rural	14.899	41.319
Garantia	24.622	9.181
RVNE	1.302	1.600
Total	41.500	52.555
Circulante	41.500	52.555

13.2 Movimentação dos prêmios cedidos em resseguro

	Prêmios cedidos em resseguro
Saldo em 31/12/2020	43.038
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	231.536
Pagamentos	(218.724)
RVNE	(3.295)
Saldo em 31/12/2021	52.555
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	134.233
Pagamentos	(144.989)
RVNE	(299)
Saldo em 31/12/2022	41.500

13.3 Composição dos corretores de seguros e resseguros

Grupo de ramo	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade	286	113
Rural	183	114
Garantia	6.464	2.634
Total	6.933	2.861
Circulante	6.933	2.861

13.4 Adiantamento de sinistros a pagar

Grupo de ramo	31/12/2022	31/12/2021
Rural (a)	-	57.194
Total	<u>-</u>	<u>57.194</u>
Circulante		57.194

- (a) Trata-se dos “cash call” recebidos em dezembro/21 relativos a sinistros da safra de inverno que foram pagos em 2022.

13.5 Prêmios a restituir

Grupo de ramo	31/12/2022	31/12/2021
Rural	1.459	5.346
Responsabilidade	640	751
Garantia	36	65
Total	<u>2.135</u>	<u>6.162</u>
Circulante	<u>2.135</u>	<u>6.162</u>

14 Ativos de resseguros e provisões técnicas - Resseguradoras

14.1 Ativos de resseguro

	31/12/2022				
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	3.245	-	772	-	4.017
Garantia	30.083	6.806	1.365	-	38.254
Rural	17.553	22.824	7.944	3.157	51.478
Total	50.881	29.630	10.081	3.157	93.749
Total classificado no ativo circulante	34.628	29.630	10.081	3.157	77.496
Total classificado no ativo não circulante	16.253	-	-	-	16.253

31/12/2021					
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	1.872	-	276	-	2.148
Garantia	15.028	-	1.696	-	16.724
Rural	57.819	140.904	61.154	5.722	265.599
Total	74.719	140.904	63.126	5.722	284.471
Total classificado no ativo circulante	65.343	140.904	63.126	5.722	275.095
Total classificado no ativo não circulante	9.376	-	-	-	9.376

14.2 Provisões técnicas

31/12/2022					
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	5.126	-	1.053	-	6.179
Garantia	54.938	7.828	1.466	-	64.232
Rural	26.140	25.021	9.346	3.681	64.188
Total	86.204	32.849	11.865	3.681	134.599
Total classificado no passivo circulante	57.230	32.849	11.865	3.681	105.625
Total classificado no passivo não circulante	28.974	-	-	-	28.974

31/12/2021					
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das Provisões técnicas
Responsabilidade	2.935	-	389	-	3.324
Garantia	26.887	-	1.853	-	28.740
Rural	99.390	163.427	71.946	6.618	341.381
Total	129.212	163.427	74.188	6.618	373.445
Total classificado no passivo circulante	114.065	163.427	74.188	6.618	358.298
Total classificado no passivo não circulante	15.147	-	-	-	15.147

14.3 Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2020	74.459	14.704	20.972	3.432	113.567
(+) Prêmio emitido	405.819	-	-	-	405.819
(-) Prêmio ganho	(351.066)	-	-	-	(351.066)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	640.076	-	-	640.076
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	2.517	-	-	2.517
(-) Pagamento de sinistro	-	(495.857)	-	-	(495.857)
(-) Pagamento de sinistro judiciais	-	(226)	-	-	(226)
(+) Atualização monetária	-	2.213	-	-	2.213
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	53.216	-	53.216
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	14.787	14.787
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(11.600)	(11.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	129.212	163.427	74.188	6.619	373.446
(+) Prêmio emitido	222.832	-	-	-	222.832
(-) Prêmio ganho	(265.840)	-	-	-	(265.840)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	-	608.784	-	-	608.784
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	(274)	-	-	(274)
(-) Pagamento de sinistro	-	(735.187)	-	-	(735.187)
(-) Pagamento de sinistro judiciais	-	(797)	-	-	(797)
(+) Atualização monetária	-	(3.104)	-	-	(3.104)
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	(62.323)	-	(62.323)
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	10.619	10.619
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(13.557)	(13.557)
					-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	86.204	32.849	11.865	3.681	134.599

14.4 Movimentação de ativos de resseguro - provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas - Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.985	12.725	15.721	2.942	68.374
(+) Prêmio cedido	228.241	-	-	-	228.241
(-) Prêmio ganho cedido	(190.507)	-	-	-	(190.507)
(+) Aviso de sinistro	-	575.058	-	-	575.058
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	2.124	-	-	2.124
(-) Sinistros recuperados	-	(417.950)	-	-	(417.950)
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	(192)	-	-	(192)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(33.893)	-	-	(33.893)
(+) Atualização monetária	-	3.032	-	-	3.032
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	47.405	-	47.405
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	12.483	12.483
(-) PDR recuperada	-	-	-	(9.703)	(9.703)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	74.719	140.904	63.126	5.722	284.471
(+) Prêmio cedido	133.934	-	-	-	133.934
Prêmio ganho cedido	(157.772)	-	-	-	(157.772)
(+) Aviso de sinistro	-	(557.907)	-	-	(557.907)
(+) Aviso/Reversão de sinistro judiciais	-	752	-	-	752
(-) Sinistros recuperados	-	477.911	-	-	477.911
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	(677)	-	-	(677)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(26.903)	-	-	(26.903)
(+) Atualização monetária	-	(4.449)	-	-	(4.449)
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	(53.045)	-	(53.045)
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	8.961	8.961
(-) PDR recuperada	-	-	-	(11.527)	(11.527)

Saldo em 31 de dezembro de 2022 50.881 29.631 10.081 3.157 93.750

14.5 Desenvolvimento de sinistros

Ano de Subscrição	<u>31/12/2022</u>						Total
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Montante estimado para sinistros							
No ano do aviso	28	43.643	43.789	38.444	643.376	451.537	
Um ano após o aviso	187	74.079	44.331	38.509	810.274	-	
Dois anos após o aviso	187	75.313	44.716	37.158	-	-	
Três anos após o aviso	187	76.878	43.012	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	187	69.492	-	-	-	-	
Cinco anos ou mais após o aviso	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Estimativa dos sinistros na data-base	<u>187</u>	<u>69.492</u>	<u>43.012</u>	<u>37.158</u>	<u>810.274</u>	<u>451.537</u>	<u>1.411.659</u>
Pagamentos de sinistros efetuados	<u>(187)</u>	<u>(68.631)</u>	<u>(42.442)</u>	<u>(36.479)</u>	<u>(803.972)</u>	<u>(427.099)</u>	<u>(1.378.810)</u>
Provisão de sinistros a liquidar	<u>-</u>	<u>860</u>	<u>570</u>	<u>678</u>	<u>6.302</u>	<u>24.438</u>	<u>32.849</u>
Resseguro							<u>(29.631)</u>
Provisões líquidas de resseguro							<u>3.219</u>

15 Garantia de provisões técnicas

	31/12/2022
Total de provisões técnicas a serem cobertas	134.598
(-) Ativo redutor de PPNG	(24.022)
(-) Direitos creditórios	(29.089)
(-) DAC Redutora	(9.004)
(-) Recuperação de provisões técnicas de sinistros de resseguro (PSL, IBNR, PDR)	(42.869)
Total a ser coberto (B)	<u>29.616</u>
Total de ativos dados em garantia (A)	<u>58.942</u>
Excedente de ativos vinculados (A) - (B)	<u>29.327</u>

16 Provisões Judiciais

Com exceção de uma única ação judicial tributária em que figura como autora, a Companhia possui somente ações judiciais de natureza cível discutindo contratos de seguro substanciados em apólices emitidas.

16.1 Processos cíveis

Em 31 de dezembro a Companhia possuía 433 (quatrocentas e trinta e três) ações judiciais, decorrentes de sua atividade operacional de seguros, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. De acordo com a análise realizada com base na metodologia adotada pela Companhia, o montante de perda estimada desses processos foi de R\$9.881 (R\$14.057 de 31 de dezembro de 2021).

a) Relacionados a sinistros – A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

	31/12/2022			
	Quantidade	Valor em Risco	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial bruta	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial de resseguro
Provável	4	415	374	318
Possível	85	40.698	8.516	7.239
Remoto	335	134.167	990	842
Total	424	175.550	9.880	8.399

31/12/2021

	Quantidade	Valor em Risco	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial bruta	Provisão de Sinistro a Liquidar judicial de resseguro
Provável	7	725	600	510
Possível	54	23.338	11.051	9.393
Remoto	31	5.639	672	571
Total	92	29.702	12.323	10.474

b) Não relacionados a sinistros – Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 9 ações com probabilidade de perda possível com valor em risco no montante de R\$418 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021).

16.2 Impactos da atualização da metodologia da PSL Judicial

Em 2021 a metodologia utilizada pela Companhia tinha como principal premissa o desenvolvimento de cenários sobre cada sinistro e para determinar a provisão a ser reconhecida calculava uma média ponderada dos cenários. Em 2022, em função de sentenças favoráveis na esfera judicial em especial do ramo agro e com o aumento da sua base de sinistros judiciais, a Companhia passou a mensurar a PSL Judicial individualmente para cada caso, observando-se a classificação de perda entre provável, possível e remoto, e definindo para cada classificação, um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial. O impacto resultante da mudança de metodologia foi de R\$10.019 (R\$5.911 líquido de impostos) sobre o resultado do exercício.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 59.700 (R\$59.700 em 31 de dezembro de 2021) está dividido em 77.212.205 (77.212.205 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 15 de dezembro de 2022, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado aumento de capital no montante de R\$ 21,6 milhões, com emissão de 17.661.587 novas ações totalizando em 94.873.792 ações. O aumento de capital ainda está em aprovação pela SUSEP.

18 Adequação de capital

	31/12/2022
Patrimônio Líquido (a)	67.638
Despesas antecipadas	(151)
Créditos tributários - prej. Fiscais IR/bases negativas de cont. social (-)	(11.997)
Ativos intangíveis	(4.402)
1. Ajustes contábeis (b)	(16.551)
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	4.757
PLA - nível I (*)	50.804
PLA - nível II	4.757
PLA - nível III	283
Subtotal PLA - nível (d)	55.844
Limitador CMR - PLA nível I	-
Limitador CMR - PLA nível II	-
Limitador CMR - PLA nível III	-
Subtotal PLA - limitador (e)	55.844
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)	-
4. PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. Do Exc. De Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	55.844
5. Capital mínimo requerido	24.986
Capital base (CB)	8.100
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	24.986
Capital de risco de subscrição	18.780
Capital de risco de crédito	5.184
Capital de risco operacional	1.781
Capital de risco de mercado	3.877
Benefício de diversificação	-4.636
Capital mínimo requerido (h)	24.986
Suficiência de capital (i = g - h)	30.858
Suficiência de capital (i / h)	124%
Índice de solvência (j = g / h)	224%

19 Índices Operacionais

31/12/2022					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Variação das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Responsabilidade	3.858	(2.191)	1.666	40,6%	13,8%
Garantia	46.346	(28.051)	18.295	60,2%	23,4%
Rural	172.629	73.250	245.878	222,1%	13,5%
Total	222.833	43.008	265.840	209,3%	14,2%

31/12/2021					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Variação das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Responsabilidade	3.161	2.100	1.061	34,9%	16,7%
Garantia	27.203	18.041	9.163	32,3%	20,9%
Rural	375.454	34.612	340.842	207,8%	13,8%
Total	405.818	54.753	351.066	202,3%	14,0%

Abaixo demonstramos a composição dos prêmios emitidos líquidos de resseguro:

31/12/2022					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro (a)	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
Responsabilidade	3.858	(2.869)	988	8,5%	74,4%
Garantia	46.346	(43.273)	3.073	7,2%	93,4%
Rural	172.629	(146.752)	25.876	15%	85%
Total	222.832	(192.894)	29.937	13,4%	86,6%

31/12/2021					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro (a)	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
Responsabilidade	3.161	(2.347)	814	75,0%	74,3%
Garantia	27.203	(25.127)	2.076	10,2%	92,4%
Rural	375.454	(320.644)	54.810	14,6%	85,4%
Total	405.818	(348.118)	57.700	14,2%	85,8%

- (c) O montante apresentado de prêmios de resseguro refere-se a soma dos prêmios dos contratos de resseguros proporcionais. Adicionalmente a NEWE, com objetivo de proteção global da carteira de riscos assumidos, contratou contrato de resseguros não proporcionais com prêmios de resseguro no montante de R\$4.661.

20 Detalhamento das contas da demonstração do resultado

20.1 Sinistros ocorridos

	31/12/2022	31/12/2021
Indenizações avisadas	(608.510)	(642.593)
Despesas com sinistros	(12.637)	(13.362)
Ressarcimentos	347	430
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	64.341	(54.637)
	<u>64.341</u>	<u>(54.637)</u>
	<u>(556.459)</u>	<u>(710.162)</u>

20.2 Custos de aquisição

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de comissão	(31.746)	(60.175)
Variação das despesas de comissão diferidas	(6.121)	11.056
	<u>(6.121)</u>	<u>11.056</u>
	<u>(37.867)</u>	<u>(49.119)</u>

20.3 Resultado com resseguro

	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação com indenização de sinistro	557.155	577.182
Despesas com sinistros	10.677	11.165
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados	(53.045)	47.405
Recuperação de despesas relacionadas ao IBNR	(1.715)	1.318
Prêmio de resseguro (liquido dos custos de aquisição)	(133.934)	(228.241)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	(23.838)	37.733
Salvados e Ressarcidos	(723)	-
Outros resultados com operações de resseguro	839	424
	<u>839</u>	<u>424</u>
	<u>355.416</u>	<u>446.986</u>

(a)

20.4 Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal próprio	(19.387)	(17.841)
Serviços de terceiros	(11.020)	(9.412)
Localização e funcionamento	(3.389)	(604)
Publicações e publicidade	32	(601)
Donativos e contribuições	(132)	(117)
Despesas administrativas diversas	(33)	(24)
	<u>(33.929)</u>	<u>(28.599)</u>

20.5 Despesas com tributos

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	532	(1.552)
PIS	86	(252)
Taxa de fiscalização	(1.662)	(799)
Outros (a)	(2.836)	(4.562)
	<u>(3.880)</u>	<u>(7.165)</u>

(a) Montante refere-se, principalmente, a despesas com tributos sobre importação para as operações de resseguro.

20.6 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos com títulos de renda fixa privado	22	11
Rendimentos com títulos de renda públicos	-	-
Rendimentos com cotas de fundos de investimentos	10.372	6.021
Outras receitas (a)	(3.867)	3.109
	<u>6.527</u>	<u>9.141</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre Capital Próprio	-	(2.360)
Outras despesas (a)	2.677	(2.544)
	<u>2.677</u>	<u>(4.904)</u>
Resultado financeiro	<u>9.204</u>	<u>4.237</u>

(a) Conforme descrito na nota explicativa 16, ^a Em 2022 a NEWE adotou uma nova metodologia de provisionamento de seus sinistros judiciais.

21 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes dos impostos e participações	(2.118)	4.422	(2.674)	5.399
(-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (a)	(556)	977	0	0
(-) Participações sobre o lucro	0	(400)	0	(400)
(Prejuízo) após as participações	(2.674)	4.999	(2.674)	4.999
Adições temporárias - provisões indedutíveis	448	250	448	250
Adições permanentes - despesas indedutíveis	57	233	57	233
Exclusões temporárias - provisões indedutíveis	(251)	0	(251)	0
Base de cálculo	(2.421)	5.482	(2.421)	5.482
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	0	(1.645)	0	(1.645)
Base de cálculo após Compensação	(2.421)	3.837	(2.421)	3.837
Imposto e Contribuição do ano corrente	0	(912)	0	(767)
Imposto e Contribuição do ano anterior	221	0	124	0
Imposto de Renda e Contribuição Social	221	(912)	124	(767)
Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	-9%	-24%	-5%	-20%
Diferenças temporárias	49	63	29	38
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	605	(411)	363	(247)
Prejuízo Fiscal e Base Negativa Exercício Anterior	66	-	40	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	720	(348)	432	(209)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	941	(1.260)	556	(976)

- (a) A Cia optou por participação do benefício da Lei do Bem referente ao ano-calendário de 2021, trazendo assim uma reversão de despesas de IRPJ e CSLL no ano de 2022.

22 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do exercício montam R\$ 1.527 (R\$1.071 em 2021).

23 Partes relacionadas

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

23.1 Controladora

A NEWWE Seguros é controlada pela CBM Participações desde 30 de outubro de 2019, data que através da portaria Nº7.556, a SUSEP aprovou a mudança do controle acionário da antiga Markel Seguradora do Brasil S.A.

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

CBM Participações

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado		
Despesas Financeiras		
Juros sobre Capital Próprio	_____ -	_____ (2.360)
	===== -	===== (2.360)

24 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração paga a diretoria executiva no período é de R\$ 3.604 (R\$ 4.259 em 31 de dezembro de 2021).

Diretoria

Carlos Alberto Caputo
Diretor Presidente

Norberto Raul Caputo
Diretor Vice Presidente

Rodrigo Motroni de Almeida
Diretor Vice Presidente

Contador: Vagner Gonçalves da Rocha
CRC nº 112111/O-7

Atuário: Daniel Iespa Garcia
MIBA nº 2631